

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 020 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO SILVAL BARBOSA (AD HOC)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Autoridades presentes, Senhoras e Senhores, em nome da Assembléia Legislativa, declaro aberta esta Sessão Especial em comemoração ao Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial, solicitada pelo Deputado Gilney Viana.

Convido o Deputado Silval Barbosa para assumir a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA ASSUME A 2ª SECRETARIA ÀS 20:45 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Deputado Eliene para assumir a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 1ª SECRETARIA ÀS 20:46 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Convido o Deputado Gilney Viana, autor do Requerimento, para assumir a Mesa dos Trabalhos.

(O SR. DEPUTADO GILNEY VIANA ASSUME A MESA DOS TRABALHOS ÀS 20:47 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Convido todos a porem-se de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Registramos a presença do Deputado Carlos Brito, do Deputado Baú, do Deputado Zé Carlos do Pátio, da Deputada Serys Silhessarenko, do Deputado Hermínio J. Barreto, do Deputado Moisés Feltrin e do Deputado Amador Tut.

Queremos registrar, também, as honrosas presenças das seguintes pessoas que gentilmente comparecem a esta Sessão: Exmº Sr. Roberto Cavalcanti, Procurador-Geral da República; Ilmº Sr. Edvande França, Coordenador do Movimento de Consciência Negra; José Emílio Rodrigues de Prado e do Sr. Carlos Alberto Caetano, Presidente do Conselho dos Direitos e Defesa da Pessoa Humana.

Concedo a palavra, neste momento, ao Deputado Gilney Viana, autor do Requerimento.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite; demais membros da Mesa, Senhora e Senhores Deputados, convidados a esta Sessão Especial dedicada ao Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Vou falar mais com o coração do que com a razão, porque neste ano de 2000, também, se comemora 500 anos da descoberta do Brasil e da colonização, e por que não, beirando os 500 anos, os próprios 500 anos de discriminação racial contra ou em desfavor de duas etnias que nós brancos as homogeneizamos. Em verdade não só as etnias ou os povos africanos que vieram para cá trazidos como escravos de guerra, comprados, às vezes, de mercantes, ou de atividades mercantis, espólio da brutalidade colonial.

Às vezes, nós olhamos esses povos e os identificamos apenas como negros. Na verdade, eram povos africanos que tinham uma história, longa história, e, alguns deles, uma história que àquela época a Europa já os devia, em termos de civilização. E as cidades-estados que existiam na costa atlântica da África, especialmente na área subsaariana e especialmente eu me referiria a Timboctoo, ou Tuboctoo, que eram cidades que nada deviam às cidades helênicas, já de um passado, da antigüidade, e com muito maior acúmulo cultural e científico do que as cidades européias da época.

Então, esse povos, eles... Não se trata de um diferencial cultural que impossibilitasse a sua trajetória rumo a consolidar um Estado, que depois surgiria, Estado-Nação, não Estado-cidade, que já existia naquela época, mas quis a história que os elementos mais favoráveis à navegação fossem empunhados pelos europeus e que a revolução industrial, que já dava os seus primeiros passos, tivesse o centro na Europa, o que possibilitou que eles fossem esmagados, com condições materiais e militares nas mãos desses povos europeus, aquelas civilizações africanas que eram pujantes, como outras o foram em outras épocas, especialmente na antigüidade.

Assim, o nosso olhar de descendente dessa miscigenação, que é o povo brasileiro, para aqueles povos africanos ficou na memória, uma memória que, de uma certa forma, é do colonizador e do dominador, que é a identificação dos negros. Mas, agora, nós estamos fazendo uma releitura da história. Então, às vezes, são negros de Benguela, são negros de outras origens étnicas africanas que aqui, de uma forma sutil, subjugada e, às vezes, com rebeldia conservavam os seus padrões culturais, até a linhagem de descendência.

Esse reescrever a história é uma dívida cultural que nós, povo brasileiro, devemos para os povos africanos que aqui foram trazidos como escravos.

De igual forma, esse olhar do dominador, daquele que impôs pela força a sua cultura, o seu modo de ser e de agir sobre os povos indígenas durante muitos anos os identificam como os índios, ou indígenas, em verdade, e isso por obra de uma resistência também cultural, mas também por obra de que nós estamos assumindo as nossas responsabilidades históricas, nós podemos entendê-los na sua diversidade.

Talvez para nós seja mais fácil entendermos a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas do que dos povos africanos, que aqui aportaram, ou melhor, que para cá foram trazidos. Mas ela existe e precisa ser recuperada para que nós paguemos essa dívida étnica, cultural e, por que não dizer, uma dívida muito grande em termos de vidas, sacrifícios e de etnocídio.

Com essas palavras, eu estou entre aqueles que, neste momento dos 500 anos e particularmente no Dia Internacional de Luta contra o Racismo, sentem-se obrigados a assumir esse patrimônio de colonizador, embora miscigenado, um descendente do colonizador, é uma desculpa, *mea culpa* diante de tantos crimes de barbaridades cometidas, em nome da bandeira do progresso, em nome da verdade daquele que dominou, oprimiu e obrigou que a força de trabalho e a vida desses povos fossem capitalizadas e aí, sim, nós pudéssemos dar esse nome, a essa capitalização de progresso.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que embora possa parecer que não exista uma resistência cultural, uma resistência de recuperação dos valores dos povos africanos ou dos seus

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

descendentes e que isso talvez não tenha tanta expressividade, ela é crescente, inclusive aqui no Estado de Mato Grosso onde tem expressões de resistência cultural, social e até econômica, e eu me referiria a alguns convidados nossos que infelizmente não puderam aqui estar, remanescentes de quilombolas não só aqui em Nossa Senhora do Livramento, mas também em Vila Bela, aqui nos contrafortes da Chapada e por outras serras e vales do nosso Mato Grosso.

E, aqueles que resistiram, e a resistência não é apenas a luta contra, resistir é você conservar o que é seu, a sua identidade, isso é fundamental. Eles precisam desse encorajamento para que recuperem muito daquilo que lhes foi tirado e possam estar neste Estado pluriétnico - a gente devia repetir isso sempre: o Brasil é um Estado pluriétnico.

Depois de muitos e muitos anos de República, nós descendentes de colonizadores também podemos nos apossar dessa conquista também. Nós tivemos a coragem de escrever na Constituição Brasileira que nós somos um Estado pluriétnico e para ser um Estado pluriétnico que corresponde a uma sociedade pluriétnica é preciso acabar com todos os resquícios de discriminação racial, e é por isso que nós estamos aqui. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Queremos registrar também a presença do nobre Deputado Rene Barbour e justificar a ausência do Presidente da Assembléia, o nobre Deputado Riva e o Deputado Nilson Leitão, que estão acompanhando o Exmº Sr. Governador do Estado em missão oficial no Estado do Rio de Janeiro.

Neste momento, nós, antes de concedermos a palavra aos Deputados inscritos, concedemos a palavra ao Sr. Carlos Alberto Caetano, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos e Defesa da Pessoa Humana.

O SR. CARLOS ALBERTO CAETANO - Boa-noite a todos e cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Pedro Satélite.

Enquanto representante do Conselho Estadual dos Direitos e Defesa da Pessoa Humana do Estado de Mato Grosso, nós não poderíamos deixar de neste dia estarmos colocando a nossa posição e estarmos refletindo sobre esse dia, lembrando que hoje, no ano de 1960, em *Westville*, na África do Sul, milhares de negros foram massacrados numa luta pela liberdade. E, ainda hoje, pela manhã, tive a oportunidade de ver na Cidade de Cachimira, na Índia, mais 33 pessoas sendo massacradas, ainda lutando pela liberdade!

Então, a primeira reflexão é que essa luta pela discriminação racial, contra a discriminação racial comece por aceitar as diferenças, estarmos de fato aderindo a uma sociedade pluriétnica, mas no sentido mais profundo da palavra.

Queremos aqui dizer que a garantia do Art. 68 da Constituição Federal, dizendo que as terras remanescentes de quilombos deverão ser regulamentadas, é fruto de uma luta histórica contra a discriminação racial e que não se dá de forma individual, mas de forma coletiva. Hoje, são 719 áreas mapeadas em todo Brasil. Dessas, somente 19 estão de fato em processo de titulação.

No Estado de Mato Grosso, segundo dados históricos da Professora Elizabeth Madureira, nós temos onze áreas tidas como áreas remanescentes de quilombos. Dessas áreas nós temos, hoje, o início de uma luta, um embrião de luta que avança cada dia. Lá em Sesmaria da Boa Vida, no Quilombo do Mata-Cavalo, onde essa comunidade, a partir de muita luta, mais de vinte anos de luta, agora está num processo um pouco mais acelerado para adquirir a terra.

Por que tudo isso? Para que a gente possa estar refletindo que um dos pontos principais dessa discriminação racial é essa diferença estrutural vivida entre os povos, e o mesmo se coloca na questão indígena, uma vez que nós estamos num Estado, num mundo altíssimo de populações

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

indígenas e nem todas essas áreas estão demarcadas, os povos indígenas ainda são massacrados pelas empresas em busca de garimpo. Nós estamos assistindo a cada dia o território indígena diminuir e esses povos não podem se reproduzir culturalmente dentro desses espaços onde o próprio ciclo natural se dá.

Todas essas questões estão colocadas para nós, sem falar em como esse racismo vai-se traduzindo dentro da sociedade, do meio urbano, através da representação, ou seja, da discriminação um pouco velada mas que está no desemprego onde a maior população ainda hoje é a população negra, desempregada. Nós, ainda hoje, não temos na proposta de ensino único neste Estado, e é uma luta nossa garantir que no currículo estadual seja contemplada a história do negro, pois nós ainda vamos para as salas de aula e lá se reproduz toda uma estória que não é a verdadeira história de resgate e de luta que as etnias, as áreas étnicas estão fazendo ao longo dessa história.

Colocamos isso como sinal de reflexão até para que nós possamos, ao assumir esse dia 21, assumir também um compromisso de estar buscando alterar essa realidade que ainda está aí.

No dia 25 de abril tivemos um Encontro, “África ontem, hoje e amanhã”. E o que se pede hoje na República Democrática do Congo é o fim da guerra. Os povos da África ainda se destróem dia-a-dia, culpa de um modelo, de um sistema capitalista e neoliberal que impera e que impõe, junto a essas etnias da África, um processo, um genocídio permanente, somente para beneficiar indústrias de armas norte-americanas.

Isso ainda é uma coisa real nesse dia 21 de março, e que nos faz refletir e nos colocar, nesse dia, numa posição de profundo compromisso.

Enquanto representante do Conselho, gostaria também de estar colocando aqui que o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, em conjunto com o Fórum Estadual de Luta, de Justiça, na sua conferência de julho de 99, tirou um conjunto de propostas nessa área para serem encaminhadas pela Assembléia Legislativa, pelo Governo do Estado. Entre elas estão todos esses pontos que nós levantamos aqui, pontos esses que hoje não podemos deixar que se prolonguem por mais tempo, mas que, de fato, nós temos que estar debruçando e pensando como devemos garantir que no currículo escolar esteja contemplado essa história do negro. De fato, que essas terras remanescentes de quilombos não continuem se arrastando, mas que nós possamos iniciar esse processo de luta e legalização. Que nós possamos, de fato, coibir a questão da discriminação racial e do preconceito a partir de artigos garantidos na Constituição Federal.

Hoje, o crime de racismo é inafiançável. Mas, infelizmente, nós ainda não tivemos a oportunidade, embora haja constantemente esse tipo de crime, ainda não tivemos pessoas condenadas por isso.

Essa questão do racismo continua sendo levada em tom de brincadeira nos estabelecimentos públicos, em tom de ironia, enquanto faz-se uma brincadeirinha aqui outra acolá, brincadeirinha revestida de racismo, e que faz com que essa cultura, que foi aqui colocada pelo Deputado Gilney, ela, de fato, vai se perpetuando.

Então, para finalizar, esse dia 21 nos chama para uma postura séria de ruptura de fato, de ruptura com esse modelo que está aí, de tentarmos, realmente, marcar passos novos já que as próprias etnias estão lutando por esse espaço, estão buscando e o que nos falta, de fato, é que essa diferença não nos faça desiguais, mas possa nos fortalecer, ou seja, a unidade na diversidade. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo a palavra, ao Sr. Edvande França, Coordenador do Movimento de Consciência Negra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. EDVANDE FRANÇA - Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite, Deputado Eliene, Deputado Silval Barbosa, Deputado Gilney Viana, Deputados aqui presentes e demais autoridades participantes dessa Sessão Especial.

Eu quero iniciar agradecendo ao Sr. Deputado Gilney Viana, por ter convocado essa Sessão Especial para mais uma vez marcar esse dia importante de combate ao preconceito e à discriminação racial. Esse fato é lamentável porque nós, no ano 2000, ainda temos que estar aqui reunidos para refletir e combater esse perverso mal que assola, não só a população negra, mas sim todos aqueles que são considerados diferentes. Na verdade, aí nós temos uma discriminação dos gêneros, não só de raça, mas também dos gêneros.

Nesse momento, também, eu quero lembrar alguns líderes precursores dessa disputa pela liberdade como *Martin Luther King*, que iniciou essa grande luta pela liberdade; Zumbi dos Palmares, e, aqui em Mato Grosso, Teresa de Benguela, que faz com que hoje nós assumamos essa postura desse compromisso de dar essa continuidade.

Esse modo de falar hoje é tão perverso, que a própria ONU com o processo de globalização se preocupou em inserir no seu calendário para combater esse grande mal que é o preconceito e a discriminação racial, devido que a Segunda Guerra Mundial no repartir, ou redefinir o bloco do mundo em quatro pontos, ou quatro hemisférios, fez com que os países capitalistas, sustentados por algumas teorias, como a teoria de *Darwin*, pudesse assim perseguir, principalmente, os povos sul-africanos, transformando aqueles povos em colônias e, conseqüentemente, na grande guerra que até hoje assola aquele continente. Não só o Continente Africano, mas todos os povos considerados diferentes, os povos do Terceiro Mundo, como o Brasil, conseqüentemente a América Latina, que deveria ser explorado nessa nova busca, nessa nova redescoberta do novo mundo. E nós, hoje, não só os negros, somos discriminados, como todos os povos considerados diferentes, que chamamos de gênero e raça.

Então, na 111ª Conferência da ONU os países se comprometeram a colocar diante da política de seus países o combate ao preconceito e à discriminação racial. Hoje, nós estamos aqui mais para cobrar esse compromisso do Parlamento do Estado de Mato Grosso, não só do Governo Federal, para que possam estar rediscutindo, principalmente a questão dos povos negros, afro, descendentes, onde tivemos aí três períodos ou três séculos e meio de escravidão. E nesse avanço tecnológico, conseqüentemente, nós temos uma desvantagem muito grande com relação aos nossos irmãos que foram privilegiados, que, muitas vezes, nós chamamos de burguesia.

Então, iniciada pelo Presidente *John Kennedy*, a chamada “política de afirmativa”, é preciso que nós, também, aqui no Brasil, aqui no Parlamento do Estado de Mato Grosso, adotemos alguns projetos de leis que possam compensar uma parcela dessa população com alguns projetos específicos, principalmente na área da educação, pois nós sabemos que somente através da educação nós poderemos acompanhar esse avanço tecnológico. E eu acho que a Bolsa-Escola seria de bom agrado para fazer com que um número maior de negros e índios, ou trabalhadores da periferia, possa ingressar nas universidades, principalmente na universidade pública, aqui a nossa Federal, para não terem que pagar as universidade particulares. Eu acho que é preciso implantar alguns projetos específicos na política afirmativa para, assim, fazer uma compensação histórica com alguns povos negros e indígenas.

Deixo isto aqui, mais como uma cobrança. E quero dizer aos Srs. Deputados que isso não é como falam, que essas pessoas são inferiores. Nada disso! Na verdade, é uma política desigual, economicamente falando. Porque, muitas vezes, nós não temos condições de pagar um cursinho, como

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

os Senhores bem sabem, de cento e setenta reais, enquanto hoje estão aí discutindo um salário mínimo de cento e cinquenta reais.

Então, é difícil para nós trabalhadores, principalmente os negros, acompanharmos esse avanço tecnológico. Eu acho que uma medida de política afirmativa no Governo do Estado, alguns projetos de lei nesse sentido, seriam de bom agrado porque iria ajudar a combater esse preconceito e essa discriminação, principalmente no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na educação. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados que compõem a Mesa, Senhora e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes.

A Procuradoria-Geral da República, através deste membro, agradece o convite para falar aqui no dia de hoje.

Entendo, inicialmente, pelo o que aqui ouvi, tanto do Deputado Gilney Viana como de outros membros da comunidade negra, que para comemorar este dia não há nada mais racista do que esta própria Sessão, quando já se reconhece, justamente, essa diferença entre povos.

Educação, a meu ver, para mim, é o essencial, é a mola propulsora, tanto para negro, como para índio, amarelo, branco, a fim de que posamos nos integrar nesse mundo, hoje, chamado globalizado. Porque nós, também, Terceiro Mundo, América Latina, somos discriminados perante o Primeiro Mundo. É só olharmos o nosso biotipo em relação ao biotipo do europeu, do americano, para observarmos que nós, também, somos pessoas discriminadas. Outro exemplo de discriminação é quando os nossos descendentes de europeus dizem: eu sou descendente de italiano, de alemão, do que for, e o africano não tem muita origem para dizer de quem descende.

Agora, a educação, a nosso ver, é quem vai, justamente, acabar com essa coisa chamada de preconceito, racismo. É pela educação que nós vamos construir o nosso povo - assim eu entendo - , tanto que, na Procuradoria da República, hoje nós somos quase seiscentos Procuradores, e dentre esses seiscentos Procuradores, 10%, aliás, 1% apenas é de Procuradores negros, dentre os quais eu me incluo. Um por cento! Nós temos seis Procuradores. Então, é muito pouco. Agora, imaginem se na Procuradoria da República você fosse colocar uma reserva de mercado para Procurador da República negro. Então, já seria um Procurador da República de segunda categoria, porque não tinha condições de passar no concurso, que hoje é um dos mais difíceis do País. E basta que você estude, que você, evidentemente, tenha condições socioeconômicas para tanto, que você vai galgar, e a cor, isso vai ser de menos importância.

Dois fatos, dois episódios, aqui em Mato Grosso, pelos quais eu passei, que mais exigiram de mim um pouco de experiência, um pouco de maturidade, não foram em relação a matéria jurídica, foram justamente, nesses dois momentos, em defesa dos interesses dos povos indígenas. No episódio em Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis, com o pretendido plantio de soja na área dos índios Parecis, quando se queria plantar cem mil hectares de soja na cabeceira de dois rios: Papagaio e Rio Verde. Quando eu olhei aquelas crianças, olhei aqueles índios fantasiados de índio, e olhei, do outro lado, a comunidade produtora de soja, rica, mais potentada, a única coisa que me veio, naquele momento, para falar, foi, me dirigindo ao produtores rurais, mostrar o que eles sofrem em relação ao Banco do Brasil e dali fazer um paradigma para que eles não fizessem a mesma coisa com os índios que ali estavam presentes, que era a parte fraca daquela relação. Felizmente, o bom senso prevaleceu e não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

houve o plantio da soja, que seria um dos maiores crimes a cometer com aquele povo e contra o meio ambiente.

Um outro momento também foi aqui com a Ferronorte quando o povo indígena bororo não queria que a Ferrovia passasse tangenciando o seu território. E naquela momento também negociamos, pedindo traçado alternativo para que não fôssemos acusados de travar o progresso do Estado de Mato Grosso e nem tampouco agredir aquele povo.

Hoje, graças a Deus, sabemos que o Projeto foi modificado, embora se diga que, para vir a Cuiabá, estão dando também algumas outras voltas para ver se a Ferrovia chega até a Capital. O que eu acho uma desnecessidade em relação ao custo-benefício. O que Cuiabá tem, qual a justificativa técnica? Eu falava isso ontem à imprensa e hoje ao Deputado Carlos Brito. Para que comportar essa Ferrovia, já que os grandes centros estão querendo tirar ferrovias de sua cidade? Então, se você tem um centro a 120, 130 quilômetros, você pode perfeitamente adequá-lo à realidade daquele ambiente. Para que agredir o Pantanal? Para que agredir a comunidade indígena, se fosse o caso? Por puro capricho de ter essa ferrovia vindo até Cuiabá ou então como mote, com medo de perder espaço para a vizinha Rondonópolis? Também não faz sentido.

Então, quando nós negociamos a passagem da Ferrovia fora da área indígena pela área produtora, foi uma verdadeira revolução até inclusive com apadrinhamento político do novo trajeto, do novo traçado. Era candidato a Senador de um lado, a Governador por outro, todos apadrinhando o novo traçado da Ferronorte. Assim, com muita alegria houve isso, pelo menos, eu disse: liberei o lado indígena e a Chapada tem seus defensores, que sabem se defender.

A questão da educação é necessária para nós, brancos, índios, mulatos, amarelos. O povo asiático não tem a discriminação, porque é um povo que é pela educação que possui. E é o que deixo aqui enquanto mensagem, enquanto Procurador da República, e também enquanto uma pessoa de origem negra: a educação é que vai fazer desconhecer todas essas barreiras, e o Brasil ainda é um país jovem. Também nós temos que levar em conta que o negro, apesar de estar no processo como cidadão de segunda categoria, é que é ainda muito jovem, muito nova ainda a abolição da escravatura dentro daquele processo que era - se formos contar ainda são só cinco gerações.

Então, do ponto de vista antropológico é preciso que venham mais gerações para poder o negro se inserir dentro do processo econômico como cidadão de primeira categoria e não de segunda. Os índios ficariam assim, à margem, porque os índios estão em suas tribos, em suas comunidades, mas também o índio pela educação pode se tornar uma grande nação, um grande povo. Nós estamos lutando para que isso aconteça. Com a comunidade indígena Parecis, a primeira coisa, a primeira alternativa, além do pedágio que eles cobram, porque a área, a estrada é ilegal, o pedágio também é ilegal. É, mas esse povo precisa de alguma renda, precisa de cidadania e foi isso que nós negociamos, inclusive, com a instalação de um centro de biodiversidade na área indígena Parecis, para que eles possam a partir daí ter também a biotecnologia e usufruí-la como fonte de renda para eles próprios.

Portanto, é pensando na educação que a gente vai conseguir consertar esse País, que é muito rico e há 500 anos vem experimentando a mesma cultura do extrativismo. A própria Ferronorte é bandeirante, ela vem de São Paulo, adentra o nosso Mato Grosso, extrai as nossas riquezas e leva via Santos ou Paranaguá e o Brasil ainda é um País agropecuário. Esse que é o nosso País, essa que é a verdadeira história nossa. Só a educação irá nos salvar como povo, como gente e nos inserir dentro do processo de globalização. Muito obrigado e uma boa-noite a todos. (PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, a nobre Deputado Serys Slhessarenko, que dispõe de cinco minutos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Sr. Deputado Gilney Viana, autor desta Audiência, Srs. Deputados presentes, Senhores e Senhoras, Sr. Procurador.

Nós não iríamos nos pronunciar. Eu acho que as pessoas que aqui já falaram, já discorreram de forma politicamente correta sobre o assunto. Mas como eu venho bem pertinho, dia 21 para dia 08, poucos dias, nem 15 dias! E dia 08 nós tivemos muitas discussões por aí, apesar de ser uma quarta-feira de cinzas, mas depois, dia 08, dia 09, dia 10, dia 13, eu participei de discussões e debates sobre a questão da mulher, o Dia Internacional da Mulher. Então, são duas datas muito próximas que atingem segmentos que são extremamente discriminados!

Aqui eu vejo o Dr. Roberto agora falando na questão da educação. Eu diria que é questão de educação, sim, mas é questão até para se fazer a educação, principalmente, é questão de poder. De poder! E o poder em nosso País sempre foi macho, branco e rico! Este é o perfil do poder em nosso País.

Então, para revertermos a questão do racismo, que eu não vou nem entrar na discussão, porque ela já foi muito bem colocada aqui pelas várias pessoas que nos antecederam, e nem a questão da discriminação da mulher, que eu poderia estar aqui também discorrendo à vontade, apenas para pegar dois segmentos extremamente discriminados.

Nós vamos superar a discriminação, sim, Dr. Roberto, com a educação. Mas, que educação? A educação que os poderes estabelecidos estão determinando para nossas crianças, para nossos jovens, para nossos adultos e para nossa população de um modo geral, é também uma educação extremamente discriminadora. Extremamente discriminadora! Basta que a gente analise com um pouco de profundidade, aliás, nem precisa de muita profundidade, até de uma forma superficial, os nossos livros didáticos, eles são carregadíssimos de discriminação! Então, antes ainda, é óbvio que quem estabelece o sistema educacional, quem estabelece a educação em nosso País, em nosso Estado, em nossos Municípios, são os Poderes estabelecidos. Isso é óbvio!

Também os poderes estabelecidos passam pela educação, mas principalmente a educação passa pelos poderes estabelecidos! E aí nós precisamos conquistar realmente, constituir poderes que não tragam a pecha da discriminação. É difícil, é complexo? É. Pelo que eu disse, agora, ainda. Mas, nós podemos reverter, sim.

Quando eu digo que a educação passa, porque passa pela conscientização, a própria questão dos poderes estabelecidos passa por conseguinte pela educação e é uma via de mão dupla.

Então, que o dia de hoje, mesmo com poucas pessoas que nós estamos aqui, sirva para um momento de reflexão e que cada um saindo daqui, vá para o seu setor, para o seu local de trabalho e, principalmente, junto aos nossos familiares, porque dentro das famílias o que está incrustado de discriminação não é pouco, não, também dentro das nossas escolas. Quando a gente toma decisões aqui neste Poder, quanto de discriminação há!

Porque não estão regulamentadas as terras dos remanescentes, por quê? Alguém tem dúvida porque são dos remanescentes, porque os remanescentes são negros que isso não acontece? Porque é que o Projeto do Assédio Sexual aqui neste Parlamento já foi rejeitado pela terceira vez, aliás uma vez foi aprovado e vetado pelo Governador de então e as outras duas vezes foi rejeitado por aqui.

Nós não temos dúvida que a discriminação existe, é muito grande e tem que ser alterada, mas tem que ser alterada pela nossa determinação e pela nossa vontade, de em todos os momentos, como disse o companheiro há pouco, Presidente do Centro de Direitos Humanos que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

colocou aqui que a todo momento as pessoas são vítimas de discriminação, através de uma brincadeira, de uma piada e a gente até ri, até acha engraçado e isso vai se proliferando e vai se firmando na sociedade, e as crianças vão ouvindo, vão repetindo e a gente não consegue superar. Então, a superação só virá através principalmente da superação da discriminação dos Poderes e pelos Poderes estabelecidos. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, nossos convidados para a Sessão Especial do Deputado Gilney Viana. Nós gostaríamos de fazer uma reflexão junto a todos, não só pelo Brasil, mas pelo mundo, que talvez nós hoje estamos tendo que pensar um pouquinho, voltar as nossas origens, porque o que criou, de fato, as seqüelas foram as origens, tanto do lado europeu que usou como poder comercial e os países deles que até hoje - como disse aqui o defensor, que assistiu no dia de hoje um massacre.

Então, a América, não vamos falar só da América do Sul, mas parece que a América do Norte já melhorou sensivelmente, a própria América Central, também, mas lá nos pontos de origem a coisa ainda é doída, a coisa lá é triste. Talvez, nós tenhamos que unir as mãos aqui da América do Sul e ver se retornamos ao passado, lá na nascente que criou essa divisão, que criou esse comércio, que nem foi assim uma divisão, foi um comércio mesmo. Acredito que as Américas têm que agradecer o benefício que essa mão-de-obra deu a elas, foi, de fato, penosa, mas deixaram aqui bastante prova da sua capacidade, prova da sua competência.

Mas, hoje, eu não poderia deixar também aqui, Sr. Presidente, de dizer da discriminação, porque existe a discriminação mesmo. Quando a Deputado Serys veio falar V. Ex^a baixou cinco minutos. Então, podemos até ...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - V. Ex^a dispõe de cinco minutos também.

O SR. AMADOR TUT - Nós não estamos assim completando 500 anos, nós não estamos assim tão desesperados, por que hoje, uma data tão feliz dessa, nós não podemos durar aqui até uma, duas horas da manhã?

Tem dia com significado insignificante e nós amanhecemos aqui. Por que não hoje?

Por isso é que eu quero voltar a palavra, se deu a palavra a Deputada Serys, V. Ex^a me dê essa oportunidade. Não discrimine! Vieram poucos, mas vieram com vontade de ficar aqui e terem a oportunidade de se sentirem realizados dessa vez.

Quando a Deputada disse que o Poder é macho, branco e rico, talvez não seja tudo isso, mas é perto disso.

Mas a nossa principal preocupação hoje... Vamos unir aqui as coisas e vamos esquecer, vamos dar as mãos. Nós precisamos da liberdade do nosso país. Hoje, nenhum de nós tem liberdade em nosso país. Nós passamos a ser reféns de nós próprios, talvez, cada um de nós, impensadamente, procurando apenas ser ouvido e cada dia cavando mais profundamente nossa própria sepultura.

Há poucos dias, solicitei aqui um aparte ao nobre colega Deputado Carlos Brito que, naquela euforia, naquele desejo de fazer com que Cuiabá receba de fato o trem, e nós vamos acabar conduzindo para que esse trem não venha, pois não se justifica, gente, uma vez que nós estamos numa época em que não se carrega, através de trem, pacote, embrulho. Isso não carrega! Isso não existe na nossa época de hoje, tem que ser coisa sólida, líquida, ou minério, mas embarcar em trem pacotinho,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

mesa, geladeira, copa... O que é isso? O que o trem vem fazer em Cuiabá? Carregar embalagem, saco de macarrão... Isso não dá mais não! Hoje, carrega-se cem vagões, cem vagões que têm que vir, mas para fazermos com que eles cheguem aqui, ou nós agredimos a natureza de fato, ou fazemos uma viagem de Rondonópolis até aqui, com duzentos e quarenta quilômetros, ou nós passamos para quinhentos quilômetros, porque as rampas que nós teremos que fazer, a agressividade que nós vamos ter que fazer na natureza sem nenhum pouco de sensibilidade de ocupação econômica! Falo isso todos os dias.

Nós estávamos na reunião, na última sexta-feira, e um cidadão - felizmente ele era louro -, mas esse senhor falou e aqui da sociedade mato-grossense nenhum teve a sensibilidade de ao menos ouvir a mensagem que ele estava transmitindo. Estava transmitindo que não se faz uma ferrovia apenas com sonho, com brincadeira. Por que tem que vir a Cuiabá? Isso tem que ser com realidade, porque mesmo que se construa a rodovia e o Brasil fique devendo para essa rodovia, mas se ela não tiver viabilidade, ela vai parar também. Ela vai parar também. Ela não vai continuar. E nós não podemos nos dar ao luxo de querer ter aquilo que não vai servir para nós. Não adianta!

Mas, felizmente, no final das palavras, o Governo reconheceu e deixou bem claro para os nossos mato-grossenses... O homem veio dizer o seguinte: “Vocês me ajudem a chegar em Rondonópolis sem perguntar para onde vamos, ou nós ficamos lá em Taquari, senão voltamos para trás”. Porque não existe realidade. Nós estamos aqui hoje num embaraço. Você não pode mais desmatar para plantar. Você não pode mais fazer aqui, porque o que vem fazer aqui, para levar peixe, jacaré? O que é isso? Isso é brincadeira. O que é isso? E aí, nós ficamos aqui num embate, gastando.

Reuniram-se duzentas mil unidades de ONGs, de entidades, de não sei o que... O Prefeito Roberto França leu uma cartilha e parece-me que tem mais de duas mil assinaturas de ONGs que se reuniram para tratar de um negócio desse. Se nós todos estivéssemos cuidando, catando ao menos uma garrafa que caiu e que vai agredindo a natureza, tínhamos resolvido muito mais do que fazer uma relação dessa.

Mas não é por aí que nós vamos abaixar a cabeça, vamos calar e não vamos achar um caminho para que possamos, de fato, trazer tudo o que precisamos com economia e rentabilidade. Porque nós só vivemos com a capacidade produtiva. Não vivemos com a capacidade intuitiva, desesperadora, pensando, simplesmente: eu quero aparecer e o outro que se vá. Não podemos fazer isso!

Eu não posso esquecer aqui de lembrar dos nossos chamados irmãos, pela outrora Princesa Izabel que deu essa liberdade a eles, mas que não deu a eles a oportunidade naquilo que eles tiveram dedicação, vontade e respeito, que eles foram vencedores. Também nós não podemos, aqui, hora nenhuma, simplesmente, dizer: “Ah, eu não tenho oportunidade, eu não sou isso ou aquilo”. Não, gente! Nós temos que cada um trilhar o seu caminho. Nós temos que dizer assim para a Nação...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - V. Ex^a dispõe de um minuto.

O SR. AMADOR TUT - Vamos deixar um minuto assim de preto, cumprido.

...vamos dizer todos de punhos erguidos, de mãos firmes: Vou ver o que eu faço por minha Nação sem saber o que a Nação possa fazer por mim. Vamos nos unir dessa maneira, porque aí faremos com que todos passemos a ter liberdade, nós todos passemos a ter vida, a ter espaço. Não é, simplesmente, eu saber o que a Nação fará por mim. Gente, a Nação, simplesmente, está nos cedendo um espaço para respirarmos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Nossos índios, infelizmente, foram massacrados, foram excluídos. A vida deles era daquela maneira, foram os grandes culpados porque não evoluíram, pois eles ficaram esperando quem fosse fazer por eles e até hoje esperam. E não vai acontecer isso. Cada dia eles serão mais agredidos e mais massacrados. Eles tem que procurar aprender um pouco para sua própria defesa. Cada um de nós tem que procurar se defender.

Eu quero deixar, aqui, um exemplo, a informação de que onde eles se dedicaram brilham e aparecem. E, hoje, quem não fala nas nossas mulatas? Não é, Deputado Gilney Viana? Como elas chamam a atenção da Nação. Quem não gosta de ver uma mulata dançar o samba? Quem não gosta disso? Maravilhosa! O que mais brilha na nossa Nação são as escolas de samba do Rio de Janeiro. Quem criou? Quem fez? Então, brilhou aquilo que eles fizeram com amor, carinho e dedicação. Fizeram sim! Portanto, podemos ver o Joãozinho Trinta, chama atenção de qualquer polonês, louro, branco que vem aqui tentar acompanhar as nossas escolas de samba em janeiro.

Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite, eu agradeço este espaço a V. Ex^a. Mas, quero, aqui, solicitar a todos vocês: vamos dar as mãos para todos termos liberdade juntos, porque, hoje, nenhum brasileiro está tendo liberdade. Muito obrigado.(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo a palavra, ao Deputado Carlos Brito, pela inscrição, que dispõe de cinco minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente; Deputado Gilney Viana, autor da solicitação desta Sessão Solene; Deputados presentes; ilustre Procurador da República, Dr. Roberto Cavalcanti; senhores participantes, amigos funcionários da Casa.

Eu entendo que esta Sessão Solene se reveste de uma grande seriedade e fico a me perguntar se este Plenário não deveria estar lotado, e eu não digo lotado somente de negros ou índios, mas lotado de pessoas, sejam elas integrantes ou não desses segmentos. Mas, deveria estar cheio para refletirmos juntos sobre um tema tão sério.

Essa questão de discriminação, eu acho até que nos dias atuais extrapola a questão da cor ou da origem racial. Ela se tornou uma discriminação oficial. Hoje, nós temos muito mais pobres e ricos, abastados e sem nada, do que, efetivamente uma localizada discriminação desta ou daquela, por esta ou aquela outra razão. Que existe, seja de forma latente ou de forma explícita, nós percebemos no dia-a-dia. Mas eu acho que essa luta contra a discriminação precisa ser verificada sobre diversos aspectos bem mais amplos do que isso.

Portanto, não será com o negro levantando a bandeira do negro; o índio levantando a bandeira do índio que iremos resolver essa ou outras questões. É preciso que todos aqueles de bom senso e de entendimento social claro façam juntos, porque assim iremos eliminando essas diferenciações *pari passu*, de maneira que a sociedade cresça como um todo, porque se discriminarmos na luta, com certeza, o resultado também será parcial. Eu vejo isso como um ponto de reflexão.

E que possamos, no ano que vem, Deputado Gilney Viana, que brilhantemente tomou a iniciativa desta convocação, e talvez até nós próprios, nos mobilizarmos mais e melhor, que as entidades se mobilizem mais e melhor e que possamos fazer desta data, efetivamente, um marco, um ponto de reflexão. De toda forma, é válida a iniciativa de V. Ex^a, ao fazer com que esse Parlamento abra um espaço para essa discussão. Com certeza, é um início. Outras podem até ter havido, mas, se ainda hoje não verificamos um resultado mais palpável, é possível que no futuro aconteça. Precisamos continuar acreditando nisso.

Vejo como coisa concreta essa questão dos remanescentes. Mais do que falar sobre isso, nós estamos investidos de mandado popular. Naquilo que for de nossa alçada e de nosso tamanho,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

nós temos é que agir ao lado das entidades. Esta Casa criou a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos. Foi um passo nessa direção. Já tivemos chance de nos reunir com diversas entidades e propor a formulação de uma agenda. Portanto, estamos, sim, caminhando.

O Dr. Roberto Cavalcanti coloca, com clareza, a leitura antropológica de toda essa questão. Agora, nós temos que fazer a história, ela não se faz sozinha. Os rumos da história somos nós que ditamos, cada geração é que deve cumprir a sua parte, escolhendo o caminho pelo que optar.

Portanto, eu vejo de forma elogiosa a realização deste momento, mas lamento que não possamos alcançar um resultado ainda maior nesta oportunidade, mas nos alerta para que isso venha, no futuro, a ser melhor trabalhado. Seria uma demonstração de força essa luta, seria, talvez um chamamento de atenção da sociedade para a questão. Então, são oportunidades que nós não podemos perder, principalmente quando esse tipo de trabalho, às vezes, não é tão atrativo, porque, talvez, não atraia tantos holofotes, não atraia as páginas dos jornais, ao menos na quantidade necessária para que efetivamente se dissemine as coisas em que eu acredito que as pessoas que estão aqui acreditam, como a causa, como razão, de estarmos aqui participando neste momento.

Quero enaltecer os pronunciamentos que ouvimos, conheço o Carlão de alguns anos, ainda quando era presidente de bairro e ele já mexia com criança, depois foi mexer não sei com o que, formando centro disso, centro daquilo, participando dessa e daquela entidade; o Edvande, o Agente Lourenço, que eu vejo aqui, e nós podemos citar diversos exemplos de pessoas que insistem e que não desistem. Pessoas que têm perseverança, e é assim que nós vamos construindo pelo exemplo muito mais do que pela fala, da teoria, do que pelos discursos. Nós temos histórias positivas, sim.

O Deputado Gilney Viana é uma dessas histórias aqui na Assembléia. E com certeza talvez a maioria dos Deputados aqui, senão todos, em grande parte, além da questão, está aqui também por consideração ao Deputado Gilney Viana, porque soube ocupar em nosso meio um espaço, que é dele, porque se identifica com as causas que defende, e é respeitado. Muitas vezes até discordamos da posição que ele defende, mas aprendemos a respeitá-lo até na diversidade, nas opiniões, porque se impõe pela legitimidade, e é esse tipo de Liderança que nós devemos disseminar e fazer com que aumente.

Por outro lado o meu tempo está esgotando - e eu não posso fingir que não ouvi sobre a questão da Ferrovia, até porque sou um defensor de que a Ferrovia chegue a Cuiabá -, mas quero dizer que concordo parcialmente com o nosso ilustre Procurador Dr. Roberto Cavalcanti, pessoa que aprendi a admirar pela coragem de colocar as suas idéias de maneira clara, objetiva e do enfrentamento, mas que também não vejo ali nenhum radicalismo, e, se convencido - já tive oportunidade de ver isso em outras circunstâncias -, com certeza, ele irá também repensar, da mesma forma nós.

É um embate que merece a discussão cabível. Não quero fazer desta Sessão Solene, que tem uma finalidade específica, um debate outro. Por isso, propus que nós, nesta Casa, em outras oportunidades adequadas, pudéssemos nos aprofundar nesta discussão. Mas, de antemão, quero que se registre que concordo com a questão da preocupação com a reserva indígena com desvio para que se proteja aquilo que a Procuradoria defendeu. Mas não admito que Cuiabá não tenha justificado a chegada dos trilhos à nossa Capital.

Não procede os argumentos de ordem econômica que foram colocados tanto pelo ilustre Procurador, quanto pelo Deputado Amador Tut, até porque eu entendo que Cuiabá possui aqui as três maiores esmagadoras de soja do Estado, esse trem não é só para transportar grão. E, aliás, esse é o grande ponto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Nós não queremos, Deputado Amador Tut, um trem que seja mais um dreno da cultura extrativista que impera neste País há muito tempo. Que venha do Sul, do Sudeste deste País, que percorra o Centro-Oeste e chegue ao Norte, pegando a nossa produção primária e a leve para o Sul, e, depois, retorne, vendendo-nos esse mesmo produto por preços muito mais caros pelo valor agregado que adquire lá, enquanto podemos fazer isso aqui, gerando emprego e renda para a nossa população e para a nossa gente. Não posso concordar com uma estrutura de transporte, com uma malha de transportes rodoviários onde verdadeiros impérios de transportadores se instalaram, impérios de fornecedores de combustíveis defendem com unhas e dentes uma malha viária que, se olharmos o mapa do Brasil vamos ver que todas confluem exatamente para os grandes centros do Sul e do Sudeste. O resto do País existe em função do Sul e Sudeste no campo do desenvolvimento. A integração nacional se dá desde que o ponto principal convirja sempre para esta parte do País. Isto é também uma forma de discriminação. Portanto, se o trem chega, mas chega com modernidade, não é aquele trem, a locomotiva do passado.

Portanto, eu acho que numa discussão macroeconômica, numa discussão de justificativas e mesmo técnicas - aí nesse ponto eu concordo com o Dr. Roberto Cavalcanti - e aí os dois lados que debatem essa questão têm que se municiar suficientemente para o debate, mas não podemos permitir que outras razões nos leve a defesas apaixonadas apenas de uma ou de outra posição. Mas vejo que essa discussão da ferrovia no mínimo tem que se dar e se dar de forma séria com a participação da sociedade, como séria tem que ser esta oportunidade que nós temos hoje.

Assim sendo, faço este registro e digo que não há também nenhuma disputa de Cuiabá com Rondonópolis. A ferrovia chegará ao Município de Rondonópolis, todos nós nos empenharemos para isso e de lá haverá de percorrer o melhor caminho, que entendo ser passando pela Capital e daqui seguindo o seu traçado original. E, se assim não o for haveremos de ser convencidos de algo plausível que o justifique. Fora isso, acho que por trem, por avião, por ônibus, por navio, o que nós precisamos que seja conduzido neste País é a cultura da discussão do debate, para que possamos assim amadurecer verdadeiramente o espírito de cidadania e debatermos essa questão da discriminação, hoje, racial, indígena, e amanhã nós vamos nos aperceber de outras situações, e isso só vai fazer com que crescamos. E, este Parlamento dá um passo importante quando abre espaço para que isso aconteça.

Com certeza, nós gostaríamos de estar hoje esfuziantes em razão de um plenário lotado, e eu estou batendo muito nessa tecla, porque se nós não questionarmos alguém haverá de questionar à boca pequena, ali fora, e isso poderá servir como uma falta de estímulo para que se justifique a mobilização nesse sentido, para que as entidades que caminham, que percorrem esse caminho, sintam-se de alguma forma desmotivadas. Eu acho que não. É mais uma razão de reflexão até que ponto chegamos e a que ponto queremos chegar, é sempre o momento de realinharmos as nossas posições, o mecanismo que adotamos para atingir esses objetivos.

Eu acho que, hoje, aqui, nós temos um qualitativo importante, se nós tomarmos por base as entidades e tomarmos por base a própria Assembléia Legislativa, o Procurador da República. Eu acho que a nível de laboratório, de tomada de idéias, é importante, sim. Mas, que seja feita uma reflexão: a que ponto chegamos dentro dessa questão e aonde queremos chegar. E mais do que isso, como resultado concreto de que nós possamos fazer dessa Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, da qual o nosso nobre companheiro Deputado Gilney Viana é o Presidente, uma das opções de luta nessa questão. E que pudéssemos alinhar pontos como essa questão dos remanescentes em nosso Estado e outras situações tanto ligadas aos negros como aos índios, que pudéssemos transformar isso numa agenda objetiva, prática, que pudéssemos chamar a este Poder não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

somente uma Sessão Especial uma vez por ano, mas que pudéssemos ter uma agenda nos 365 dias, para que pudéssemos efetivamente poder atuar e dar a nossa parcela de colaboração. Mito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Esta Presidência registra também a presença do nobre Deputado Moacir Pires.

Antes de ouvirmos o Hino Nacional, eu gostaria aqui de parabenizar o nobre Deputado Gilney Viana por ter convocado esta Sessão Especial, onde se comemora, hoje, 21 de março, o dia da Luta Internacional Contra a Discriminação Racial.

Quero dizer que nós, realmente, até em outras ocasiões - eu e o Cílio, que muito nos honra em estar aqui presente hoje - pois há 15 anos atrás nós já falávamos isso, não é Cílio? Já houve uma evolução muito grande nessa questão racial, eu até diria que a discriminação quase não existe mais hoje. Mas ela ainda existe! Ela já foi maior! A maior discriminação que existe, realmente, hoje, é o poder aquisitivo, a má distribuição de renda neste País, onde cada dia temos menos ricos e mais pobres. Esta, eu acho que é a maior discriminação que existe neste País.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Portanto, eu...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Só um minuto e eu concederei a palavra a V. Ex^a.

Portanto, eu quero aqui, finalizando, parabenizar o Deputado Gilney Viana, e que, realmente, no ano que vem, Deputado Gilney Viana, nós possamos fazer uma discussão maior e dizer que se a discriminação diminuiu ou quase encerrou é porque tem pessoas que realmente lutam, como vocês que estão aqui hoje, à noite, participando. Eu sempre falo que às vezes não interessa a quantidade, mas sim a qualidade das pessoas que vêm aqui, que são pessoas que acreditam em alguma coisa.

Tenho certeza, Dr. Roberto Cavalcanti, que nós acreditamos e continuaremos acreditando que este País tem jeito, sim.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Calos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu queria dizer, só a título de encaminhamento desta Sessão, onde eu inclusive aprendi muito, que não se ficasse só no discurso, e eu queria propor à Comissão de Direitos Humanos que sintetize todas as discussões, todas as propostas que aqui foram colocadas, para que nós Deputados possamos colocar em prática e encaminhar para as entidades. Aquilo que nós pudermos fazer em leis, nós vamos conduzir para fazer em leis, aquilo que nós não tivermos condições, nós encaminharemos para os órgãos competentes, como demarcações de terras indígenas, propostas interessantes... Eu não sabia - inclusive como Deputado, não tenho vergonha nenhuma - que realmente existia, na Constituição, o direito das demarcações das terras dos quilombos. Quer dizer, é um conhecimento que eu aprendi hoje. Eu acho que nós da Assembléia Legislativa, os 24 Srs. Deputados podemos assinar um documento e encaminhá-lo às entidades. Realmente que esta Sessão não fique somente na discussão, saindo daqui sem rumo.

Então, eu quero, Deputado Gilney Viana, que realmente possamos sintetizar esta Sessão e fazer esses encaminhamentos através da Assembléia Legislativa. Era só isso. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de encerrar a presente Sessão, convido a todos para que de pé possamos ouvir o Hino de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA LUTA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DO DIA 21 DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Esta Presidência agradece a presença dos Senhores, das Senhoras, autoridades, entidades de classe e imprensa em geral.

Declaro encerrada a presente Sessão.

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta